

## 60 ANOS DE PSICOLOGIA NO BRASIL: UMA REFLEXÃO SOBRE OS PONTOS DE PARTIDA, PERCURSOS E HORIZONTES<sup>1</sup>

Tainara Marchiori dos Santos Pereira<sup>2</sup>

Conrado Pavel de Oliveira<sup>3</sup>

### RESUMO:

A psicologia, no Brasil, celebrou 60 anos de regulamentação profissional em agosto de 2022. Diante deste momento histórico, o objetivo deste estudo é investigar a evolução e o desenvolvimento da profissão desde a sua regulamentação até os dias atuais, bem como explorar novas possibilidades para o seu futuro. Para tanto, foi adotada uma abordagem exploratória qualitativa, utilizando a revisão da literatura como método. O estudo demonstrou que ao longo desse período, a psicologia que tinha suas práticas estreitamente ligadas a um modelo individualista de controle e normalização, colaborativo com o modelo liberal econômico e cultural do país, bem como o regime político da ditadura, passou por transformações significativas, tanto no contexto teórico quanto prático. O campo expandiu para uma visão cada vez mais plural e contextual, mas, conforme aponta a revisão, ainda passa por muitos desafios, em especial políticos, econômicos, teóricos e práticos, que acabam distanciando-o desses avanços. Concluiu-se que embora muito tenha avançado, a profissão que ainda está em construção, necessita enfrentar esses obstáculos, para alcançar uma prática mais comprometida socialmente e que seja condizente com a realidade do país. Para isso, deve voltar-se a comunidade e se reconstruir junto dela.

Palavras-chave: Psicologia. Brasileira. Profissão. Prática. Compromisso Social.

## 60 YEARS OF PSYCHOLOGY IN BRAZIL: A REFLECTION ON THE STARTING POINTS, PATHS AND HORIZONS

### ABSTRACT:

Psychology in Brazil celebrated 60 years of professional regulation in August 2022. Given this historic moment, the objective of this study is to investigate the evolution and development of the profession from its regulation to the present day, as well as to explore new possibilities for its future. For this purpose, a qualitative and exploratory approach was adopted, using the literature review as a method. The study

---

<sup>1</sup> Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa Psicologia e relações sociais, comunitárias e políticas. Recebido em 27/05/23 e aprovado, após reformulações, em 22/06/23.

<sup>2</sup> Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: tainara.marchiori@outlook.com

<sup>3</sup> Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: conradopavel@uniacademia.edu.br

demonstrated that throughout this period, psychology, which had its practices closely linked to an individualist model of control and normalization, collaborative with the liberal economic and cultural model of the country, as well as the political regime of the dictatorship, underwent significant transformations, both in the theoretical and practical context. The field has expanded to an increasingly plural and contextual view, but, as the review points out, it still faces many challenges, especially political, economic, theoretical and practical, which end up distancing it from these advances. It was concluded that, although much progress has been made, the profession, which is still under construction, needs to face these obstacles in order to achieve a more socially committed practice that is consistent with the reality of the country. For that, it must turn to the community and rebuild itself with it.

Keywords: Psychology. Brazilian. Profession. Practice. Social Commitment.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 27 de agosto de 2022, a Psicologia completou 60 anos enquanto profissão regulamentada no Brasil, uma data muito importante e que traz com sua história muita bagagem. De acordo Correia e Dantas (2017), a Psicologia tem sua inserção na cultura brasileira através de um modelo médico e elitizado e é regulamentada em um período político sensível para o país. A profissão adotava práticas baseadas em modelos estrangeiros e acríticos à realidade do país e acabou colaborando com o regime ditatorial, com práticas normalizadoras e excludentes, que não só correspondiam ao regime político, mas também ao modelo econômico e cultural predominante naquele momento, o liberalismo. Focando sua atenção em uma pequena parte da população, as pessoas ricas e de classe média, excluindo e culpabilizando as demais.

Ao longo dos anos, através de esforços da categoria, muito se conseguiu mudar e alcançar. Novos ambientes para prática, novas maneiras de se pensar o ser humano e o comprometimento com a democratização (BOCK *et al*, 2022). Mas a Psicologia ainda encontra algumas falhas e desafios em sua prática para que se aproxime da realidade brasileira. Isso ocorre porque, por muito tempo, trabalhou com teorias e técnicas baseadas em ideias europeias e estadunidenses que não correspondem a essa realidade. A Psicologia ainda possui dificuldades em dialogar com o contexto do

país, não alcançando de forma efetiva a maior parte da população (YAMAMOTO, 2007; ANTUNES, 2012 e PIASSON; FREITAS 2020).

Assim, busca-se aqui, fazer um apanhado e uma análise de toda sua história, para que possamos refletir sobre o que a Psicologia foi, o que vem sendo e como pode vir a ser. Especialmente, no que tange a Psicologia enquanto defensora das minorias, dos direitos humanos e pautada na pluralidade. Diante dessa data comemorativa (mas que não deve depender dela), é essencial nos preocuparmos com sua prática e história, entendendo-a desde o início até os dias atuais. Acreditamos que isso nos permita compreender de onde viemos, avaliar as conquistas alcançadas e refletir sobre os caminhos a seguir. Acreditamos ainda, que, através desse raciocínio seja possível construir efetivamente a Psicologia brasileira, com abordagens que sejam inclusivas, democráticas e mais alinhadas às necessidades e realidades do contexto nacional.

A construção deste trabalho foi conduzida através pesquisa exploratória qualitativa, utilizando a revisão de literatura, que consistiu na análise e síntese crítica de estudos e obras científicas relevantes sobre o tema em questão. Foram consultadas bases de dados eletrônicas, como a Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic), a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e o Google Acadêmico, além de bibliotecas virtuais e manuais e revistas técnicos, em especial os materiais do Conselho Federal de Psicologia.

## **2 PSICOLOGIA: SEUS PONTOS DE PARTIDA**

A história da Psicologia no Brasil, começa ainda antes de sua regulamentação enquanto profissão em 27 de agosto de 1962. De acordo com Soares (2010), entre os anos de 1830 e 1900 já havia entre os cursos de medicina certa influência dos professores universitários nas faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, para um estudo reflexivo da Psicologia. Em decorrência disso, a Psicologia começou a ganhar espaço, para além de reflexões e anos depois, já estava presente através de Ligas, Institutos, Laboratórios e Cadeiras, ainda no campo da Medicina.

Influenciada, principalmente da medicina, a Psicologia passa a ser também uma área de interesse da Educação. Os educadores e as Escolas Normais buscavam o embasamento científico da disciplina, através da realização de pesquisas, em seus múltiplos âmbitos, e também pela experimentação psicológica (SOARES, 2010). O interesse principal era a busca pelo controle social, ao que fugia da normalidade esperada, com intuito de resolver as situações que se apresentavam (DIMENSTEIN, 2000). Em decorrência disso, a Psicologia, que antes era estudada em outros cursos, Medicina e Pedagogia, a partir dos interesses da classe dominante da época, finalmente tem sua prática regulamentada, ganhando espaço para se inserir enquanto profissão e também é inserida como um curso universitário. Além disso, com a promulgação da lei 4.119/62, de 27 de agosto de 1962, a área conquistou o direito privativo, que antes podia ser exercido por profissionais de outras áreas com especialidade em Psicologia (SOARES, 2010).

Com essa nova fase, novas demandas em relação a profissão e suas práticas foram nascendo, dando espaço para a criação do sistema Conselhos, composto pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) que foram regulamentados pela lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971. Os conselhos trouxeram direitos, uma maior autonomia aos profissionais da área e sua aproximação, o que resultou no primeiro Encontro Nacional da categoria, quando se reuniram sociedades e associações da Psicologia no Brasil. O novo momento gerou outros encontros, que tinham como objetivo a busca por união, consolidação e organização da profissão e de suas práticas (SOARES, 2010).

Segundo Bock *et al* (2022), isso se deu pelo processo de modernização no país, de uma transição agrária e rural para uma sociedade urbana e industrializada. As necessidades começaram a mudar, e a Psicologia trazia consigo um aporte para essa situação, ganhando seu espaço na sociedade. Correia e Dantas (2017) salientam que o modelo econômico que predominava era o liberalismo, que consiste na intervenção mínima do Estado sobre a economia, a privação das instituições estatais e o livre comércio. O modelo favoreceu os grandes centros comerciais e a burguesia. O Brasil estava sob o controle de uma Ditadura Civil-Militar, situação que contribuiu para a Psicologia ter sua prática focada no mercado e no indivíduo

(CORREIA; DANTAS, 2017). Posto isso, como outras profissões naquela época, a Psicologia estava a serviço das elites para solucionar os problemas que advinham da modernização e das novas relações de trabalho.

O modelo liberal defende a liberdade individual, minimizando a necessidade de qualquer interferência estatal. Para os liberais, assim o homem seria de fato livre, podendo gozar do fato de ser humano (HOLANDA, 2001). Aqui cabe o questionamento de como poderiam as psicólogas, os psicólogos e a Psicologia agirem de outra forma, se não em direção ao raciocínio da época, servindo ao livre comércio e cooperando com o modelo individual cultural existente. Além de cooperar para a produção do individualismo, o fazer e ser psicóloga(o)/psicologia não seria o modelo ideal para os interesses da época, enquanto profissional autônoma(o) e liberal?

A prática profissional das psicólogas e psicólogos era de caráter elitista, pois de acordo com Correia e Dantas (2017), priorizava a área clínica, atendendo à classe média e negligenciando as necessidades da população menos favorecida. Isso ocorria devido ao centralismo na prática individual hegemônica, centrada no indivíduo e no mercado. Esse comportamento era decorrente do contexto socioeconômico e político, como o 'milagre econômico', que favoreceu a classe média, e da influência da lógica neoliberal, que se concentra no indivíduo e no mercado. Além disso, havia também a importação de uma abordagem cientificista e positivista dos Estados Unidos, acriticamente aplicada à nossa realidade, impondo na sociedade um caráter individualista e normativo, que culpabiliza a pessoa por suas condições, fechando os olhos para o meio social em que está inserida.

Em contrapartida, é importante destacar que, houve profissionais de Psicologia e estudantes que agiram contra esse movimento e que buscaram, como apontam Correia e Dantas (2017), romper com as práticas psicológicas opressivas favorecedoras ao regime Militar e do modelo ideológico adotado. Alguns dos mecanismos realizados foram, "atividades como de assistência psicológica gratuita à população, promoção de reuniões, discussões e levantamentos descritivos sobre as necessidades da população, participação em abaixo-assinados e passeatas" (CORREIA; DANTAS, 2017. 77-78). É importante destacar que, infelizmente, devido à resistência, muitas dessas pessoas foram perseguidas pelo posicionamento contra

aos ideais ditatoriais. Esses fatos devem ser lembrados, para que não caiam no esquecimento e voltem a se repetir. Além disso, foram esses atos que também abriram as portas para que a atividade das psicólogas e psicólogos fosse valorizada, e colaborasse para uma Psicologia socialmente ainda mais comprometida.

Furtado (2012), explana que com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorreu um importante avanço para a consolidação da democracia no Brasil. Esse contexto histórico, possibilitou o ampliamto de agentes de transformação social no cenário das políticas públicas e também abriu espaço para a participação popular nas reivindicações sociais, como por exemplo, nas áreas de saúde pública e educação. A partir desse momento, a Psicologia também começou a ganhar mais espaço de atuação no setor público, em sistemas de ensino, saúde e assistência social, ampliando sua práxis para além da minoria burguesa e alcançando as classes mais vulneráveis da população.

Um dos pontos principais na história da Psicologia brasileira mais comprometida socialmente e que foi o início do acesso em defesa das parcelas marginalizadas da população, foi a Luta Antimanicomial. De acordo com Hirdes (2009), entre os anos de 1980 e 1990 existiu um foco nas discussões a respeito de uma Reforma Psiquiátrica, para a reformulação da assistência psiquiátrica existente. O marco nessa luta foi a Conferência de Caracas em 1990, quando os países latino-americanos, incluindo o Brasil, se comprometiam:

[...] a promover a reestruturação da assistência psiquiátrica, rever criticamente o papel hegemônico e centralizador do hospital psiquiátrico, salvaguardar os direitos civis, a dignidade pessoal, os direitos humanos dos usuários e propiciar a sua permanência em seu meio comunitário (HIRDES, 2009, p. 298).

Em decorrência disso, como aponta Hirdes (2009), são criados novos serviços a fim de substituir os hospitais psiquiátricos. Dentre eles, “as redes de atenção à saúde mental, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), leitos psiquiátricos em hospitais gerais, oficinas terapêuticas, residências terapêuticas” (HIRDES, 2009, p. 298), em consonância com o local, suas características e demandas. Assim, “o projeto de desinstitucionalização busca a reconstrução do objeto (enquanto sujeito histórico) que

o modelo tradicional reduziu e simplificou (causalidade linear doença/cura – problema/solução)” (HIRDES, 2009, p. 302 grifo do autor).

## 2.1 A CRISE DA PSICOLOGIA E SEUS IMPÁCTOS NA PROFISSÃO

À medida que as mudanças ocorriam, traziam novas preocupações, entre elas, a forma como os psicólogos e psicólogas realizavam seu trabalho e as teorias em que se baseavam. Foi assim que surgiu a Crise da Psicologia Social, definida por Yamamoto (1987), como uma insatisfação generalizada de estudantes e profissionais em relação à prática psicológica que vinha sendo realizada.

No Brasil, Lane e Bock (2003), levantam que a crise da Psicologia, resultado da insatisfação das práticas do período da ditadura militar, acabou por gerar a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), em 1980. A ABRAPSO foi proposta durante um congresso no Peru, em 1979 como uma forma de fortalecer a união dos psicólogos e psicólogas que trabalhavam na área da Psicologia Social. Seu objetivo era produzir novos espaços de discussão e avanços na área. Este movimento também estava atrelado ao interesse da criação de uma Psicologia latino-americana, que fosse adequada as realidades vividas nestes países e não uma réplica das psicologias europeias e estadunidenses, que tinham práticas que colaboravam com a desigualdade social e a miséria - além de terem caráter normativo e regulador. Assim nascia aos poucos uma nova Psicologia Social, que tinha por interesse "a construção de uma Psicologia Social crítica, voltada para os problemas nacionais, acatando diferentes correntes epistemológicas, desde que filiadas ao compromisso social de contribuir por uma sociedade mais justa" (LANE e BOCK, 2003).

Lane e Bock (2003), afirmam que, neste período, a Psicologia Comunitária, alinhada à Psicologia Social, passou a ter um papel mais importante no enfrentamento dos problemas sociais e políticos no Brasil. Profissionais da área, como psicólogas(os) e outras(os) especialistas, sentiram a necessidade de encontrar novas formas de abordar esses desafios, aplicando seus conhecimentos de forma mais direta na comunidade. Essa nova abordagem trouxe uma nova perspectiva para a Psicologia, que passou a se preocupar não só com o indivíduo, mas também com o contexto

social em que ele estava inserido. Como resultado, surgiram novas práticas e metodologias para examinar os problemas sociais, o que ajudou a fortalecer o papel da Psicologia na sociedade brasileira. O Marxismo foi uma das perspectivas teóricas que teve interferência na renovação da Psicologia Social e na elaboração da ABRAPSO. As psicólogas e psicólogos passaram a entender a sociedade como um conjunto de relações sociais marcadas por conflitos e contradições, que geram desigualdades e exclusões.

É nesse contexto, que o olhar da Psicologia sobre o ser humano, que já vinha sendo mudado, ganha mais espaço. A Psicologia deixa de enxergá-lo apenas como um ser individual que está à parte do seu meio, para um ser social que se constrói por meio de suas relações e do ambiente em que vive. Segundo Bock *et al.* (2022), essa mudança teve como influência as contribuições de Silvia Lane em seu livro "Psicologia Social: o homem em movimento" (1984), onde defende que toda Psicologia é social, possibilitando novos fazeres psicológicos. Esse foi um grande passo para a área que, desde então, vem buscando cada vez mais estar distante da visão liberal e antidemocrática que operava na época de sua regulamentação (BOCK *et al.*, 2022).

A Psicologia desenvolve estratégias para se tornar mais ativa e evitar contribuir com situações como a colaboração referente ao Regime Militar. Para Bock *et al.* (2022), dentre as atitudes tomadas pela classe, destacam-se: a realização de congressos para discutir e organizar a profissão, decidir as entidades de orientação dos próximos anos e criar um dispositivo de Consulta Nacional, que permitia a viabilização de eleições mais democráticas. Além disso, criou o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira para uma construção coletiva da Psicologia, reestruturou a Administração e Finanças, a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), a Assembleia de Política e também canais para que as psicólogas e psicólogos pudessem compartilhar seus saberes. Tais atos contribuíram para a organização da profissão, para a união da classe e sua construção de forma democrática, além de expandir e valorizar suas/seus profissionais e sua prática.

A inclusão da classe no SUS e no SUAS, em unidades básicas de saúde, serviços ambulatoriais, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), etc., permite ao psicólogo exercer sua atividade e buscar mais espaços no mercado de trabalho. Essa

inserção contribui para a valorização dos profissionais que lutaram pela regulamentação da profissão e dos movimentos, como o Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, o Conselho Federal de Psicologia e o CREPOP, que trabalham pela valorização desta. É importante destacar que construir uma Psicologia comprometida com o social é a alternativa para a profissão, em que seja destaque e indispensável à população do nosso país (FURTADO, 2012).

O fator mais significativo para essas conquistas foi o ordenamento da categoria das psicólogas e psicólogos, que estimulou a análise crítica, criando oportunidades para discussões e reflexões sobre maneiras de superar a abordagem limitada e elitista da Psicologia. O objetivo é a construção de uma ciência e profissão fundamentadas na realidade e comprometidas com ela. No entanto, apesar dos avanços conquistados - principalmente no que diz respeito às questões sociais em busca de justiça e igualdade, e tenha proposto outros horizontes afastados dos criticados, levando a prática profissional aos serviços públicos – a área ainda carrega em sua *práxis* concepções tradicionais e arcaicas que há muito foram examinadas, questionadas e ultrapassadas (ANTUNES, 2012).

Entretanto, se faz importante destacar que, o compromisso social, vai muito além de uma abertura do mercado de trabalho. Consiste em alcançar grupos específicos da população e abordar as inúmeras necessidades e demandas sociais. O compromisso social envolve beneficiar grupos específicos e segmentados da sociedade, no entanto, a forma de abordagem que vem sendo utilizada para atender esses grupos, não os tem alcançado, visto que são técnicas tradicionais do modelo psicoterápico clínico individual (YAMAMOTO, 2007). Assim, não há dúvidas de que a Psicologia brasileira enquanto profissão e comprometida socialmente tenha avançado desde sua regulamentação, mas aponta para uma necessidade de aprimoramento teórico e prático, não bastando apenas se inserir em serviços públicos, mas integrando-se também de maneira empírica e epistemológica, a partir da sistematização e reflexão teórica sobre o que fazer da Psicologia no campo das políticas públicas.

### **3 PSICOLOGIA E DESAFIOS ATUAIS**

Em 2016 a então presidente da república Dilma Rousseff, foi afastada do cargo devido a uma grave crise econômica e política, a partir de processo de afastamento justificado por supostas fraudes fiscais (AMORIM NETO, 2016). Com a ascensão ao poder pelo vice-presidente Michel Temer, é retomado com veemência e aprofundamento o modelo econômico neoliberal<sup>4</sup>, a partir do Programa Ponte para o Futuro, modelo não eleito nas urnas. Um exemplo disso

[...] foi a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016, a qual foi aprovada em 15 de dezembro de 2016 (Emenda Constitucional nº 95). Com o argumento de retomar o crescimento econômico, o Governo Temer limitou constitucionalmente os gastos públicos por 20 anos, diminuindo o Estado e impedindo que o sistema constitucional de proteção social (que inclui saúde, previdência e assistência sociais) funcionasse de maneira adequada às necessidades da população (SOUZA; HOFF, 2019, p. 9).

Esse fato é responsável por um dos desafios atuais para a Psicologia, como outras profissões, na inclusão de Políticas Públicas, sua atuação na área e com seu compromisso social, ou seja, o subfinanciamento, que tem sido cada vez mais agravado nos últimos anos. De acordo com o Conselho Nacional de saúde (2017), a aprovação da PEC 241/2016 representa o desmonte do SUS e da segurança Social, causando ao povo brasileiro uma regressão de mais de três décadas, retirando dos brasileiros seus direitos e cidadania. O que também de acordo com o Conselho Nacional de Saúde, se configura como um desacato à luta do Movimento de Reforma Sanitária e das conquistas sociais constadas na Carta Magna de 1988. (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2017).

Além disso, o governo Temer acabou tomando outras medidas que retrocedem avanços já conquistados pela população, como: A Reforma da Previdência (PEC

---

<sup>4</sup> O modelo econômico neoliberal, a partir de uma visão Marxista, se configura como uma estratégia política que busca fortalecer uma hegemonia de classe globalmente. Surgiu após a crise estrutural dos anos de 1970. O neoliberalismo impõe uma disciplina ao trabalho, estabelecendo critérios gerenciais com base no livre comércio e na mobilidade irrestrita do capital. Ele se justifica ideologicamente com a teoria de que o livre comércio assegura a liberdade individual para empreender, enquanto o papel mínimo do Estado é preservar a ordem institucional. A crescente desigualdade, causada por ele, é justificada como estímulo ao risco dos empreendedores e à inovação, considerados elementos essenciais para a competitividade e o crescimento econômico (ANDRADE, 2018).

287/2016), aumentando o tempo de contribuição da previdência social (SOUZA; HOFF, 2019); a Reforma Trabalhista, que através de uma flexibilização, traz benefícios aos empregadores em detrimento dos empregados, interferindo em questões como: acordos coletivos, férias, trabalho autônomo, horário de almoço, *etc.* (CARTA CAPITAL, 2017). O resultado: prejuízos às minorias e às classes mais pobres e trabalhadora.

O retrocesso ao neoliberalismo advindo de uma crise econômica, abriu espaço para pensamentos e ações que já habitavam no país antes do neodesenvolvimentismo: além do pensamento liberal, o conservadorismo, que cresceu e aflorou ainda mais com o mandato do presidente posterior a Temer, Jair Messias Bolsonaro, presidente da república de 2018 a 2022. Vale ressaltar que esta onda neoliberal conservadora ocorreu por todo o mundo, com valores que incentivam o ódio de diversas maneiras como o racismo, a xenofobia, a LGBTfobia, o machismo e o ódio entre classes (CASTILHO; LEMOS, 2021).

O conservadorismo no Brasil está relacionado ao processo histórico da colonização e atravessado pela ideologia, questões religiosas e dominação política. Nos últimos anos tem ganhado nova força na política institucional e impactado tanto nos valores sociais e nas políticas públicas que deveriam estar à serviço das maiorias populares. Almeida (2017), elenca quatro pontos em que a onda conservadora tem influenciado nas ações políticas, a partir de seus interesses. São eles: a economia, a moral, a securitária e a interacional.

Se tratando da economia, de acordo com o conservadorismo, são valorizados o esforço e mérito pessoal, em oposição a políticas públicas e sociais que envolvem transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, implementado pelos governos Lula e Dilma, que são percebidas como uma maneira de acomodar a população de baixa renda no mercado de trabalho. Nesse sentido a ênfase, é dada ao empreendedorismo, em detrimento da distribuição de renda pelo Estado. Adicionalmente, o conservadorismo sustenta a crença de que a riqueza seria dada por Deus, com base no depender do esforço individual, promovendo o individualismo e uma política econômica liberal. Ademais, também se opôs à distribuição de terras

para os indígenas e quilombolas, priorizando o agronegócio e a mineração (ALMEIDA, 2017).

Em relação à moralidade, o conservadorismo tem foco na valorização da instituição familiar e da procriação da vida, acreditando ser necessário controlar os valores e comportamentos que advêm do que consideram seculares. Assim, nos últimos anos, o conservadorismo passou a interferir na moralidade pública, a fim de controlar e limitar a moralidade liberal secularizada, passando a interferir em questões como: o aborto, com o discurso do direito pela vida; no casamento homoafetivo e na adoção de crianças por esses casais e na defesa de um tratamento e cura para a homossexualidade (ALMEIDA, 2017).

Há também um movimento de radicalização sobre a segurança, em que é pregado uma postura mais repressora e punitiva do Estado. Alguns exemplos levantados por Almeida (2017), são: a defesa pela redução da maioria penal; o discurso sobre o armamento; a política de encarceramento; a defesa dos militares na gestão pública. Tudo isso acaba provocando e reproduzindo uma ação mais violenta do Estado sob a população, em especial às minorias.

Por fim, quanto às questões interacionais, Almeida (2017) assinala que a onda conservadora tem influenciado alguns afetos nas interações sociais e para explicá-los nomeia em três: vingança, fobia e ódio. Ao falar de vingança, o autor traz o exemplo da defesa na diminuição da maioria penal, que segundo ele, estaria influenciada pela pressão da opinião pública. Quanto à fobia, o autor menciona a diversidade sexual e a discriminação de gênero, que se dá através do discurso moralista, discriminando pessoas homossexuais e transgêneras. O principal discurso é: “Amar o homossexual, mas ter repulsa ao homossexualismo” (ALMEIDA, 2017). No que tange o ódio, o autor ressalta a intolerância religiosa e ao movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, movimento historicamente criminalizado.

Infelizmente, nem mesmo a própria categoria dos psicólogos e psicólogas saiu ileso desses valores conservadores. O Conselho Federal de Psicologia veio a público, através de uma nota, no dia 12 de setembro de 2018, informar e repudiar uma ação levantada por psicólogas e psicólogos que entraram com uma ação popular, que defendia o uso de terapias de reversão sexual (FARHAT, 2018). Além disso, em 2019,

nas eleições para os representantes do Conselho Federal de Psicologia, concorreu uma chapa na qual havia profissionais que defendiam o tratamento e a cura da homossexualidade (GALVÃO, 2022) a chapa 24 “Movimento Psicólogos em Ação” (CFP, 2019a) com uma proposta muito próxima à da política conservadora da época.

Um outro fato que também desafia às práticas da Psicologia atualmente e não só por isso deve ser mencionado aqui, é a pandemia da COVID-19 e a forma como foi tratada pelo poder executivo.

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi notificada sobre casos de pneumonia na China, suspeitos de serem causados por uma nova cepa de Coronavírus. Em uma semana, as autoridades chinesas confirmaram ser um novo tipo do vírus, chamado SARS-CoV-2. No mês seguinte, a OMS emitiu um alerta de emergência de saúde pública internacional devido à rápida disseminação do vírus entre os continentes, que em março de 2020, foi oficialmente classificada como uma pandemia, embora já estivesse presente em quase todos os continentes em fevereiro do mesmo ano (SOUZA, 2020).

Neste momento de crise, foi considerado necessário a adoção de algumas medidas de proteção. De acordo com Aquino *et al* (2020), muitos países implementaram uma gama de intervenções a fim de reduzir a transmissão do vírus e conter a evolução da pandemia. Dentre essas medidas estão inclusos:

[...] o isolamento de casos; o incentivo à higienização das mãos, à adoção de etiqueta respiratória e ao uso de máscaras faciais caseiras; e medidas progressivas de distanciamento social, com o fechamento de escolas e universidades, a proibição de eventos de massa e de aglomerações, a restrição de viagens e transportes públicos, a conscientização da população para que permaneça em casa, até a completa proibição da circulação nas ruas, exceto para a compra de alimentos e medicamentos ou a busca de assistência à saúde (AQUINO *et al.*, 2020, p. 2424).

No entanto, para que essas medidas fossem eficazes, eram necessárias a adesão de políticas de proteção social e apoio a populações vulneráveis. E se tratando do Brasil, um país com grandes desigualdades sociais e 66 milhões de pessoas pobres, era de extrema importância a garantia de renda mínima e proteção ao trabalho, para adesão ao distanciamento social (AQUINO *et al.*, 2020). O que

infelizmente não foi garantido pelo governo, que não somente sucateou e zombou da saúde pública, como tornou ainda mais vulneráveis os direitos trabalhistas.

Durante a pandemia, o presidente Jair Bolsonaro tratou a pandemia como uma gripezinha (BBC NEWS BRASIL, 2020) bem como relutou na compra de vacinas (GUEDES, 2021), adotou um discurso antivacina e incentivou o uso de tratamentos ineficazes ao vírus, como a cloroquina (Portal G1, 2021). O presidente foi contra as recomendações da OMS em relação a prevenção ao vírus, como o uso de máscaras e o distanciamento social (CARTACAPITAL, 2021).

Vale ressaltar que durante o governo Bolsonaro passaram quatro ministros pelo ministério da saúde, sendo um deles general da ativa do Exército (MOTTA, 2021). Este é apenas um resumo dos inúmeros feitos durante este governo em relação a pandemia, que acarretou em muitas mortes, dor, fome, medo e expandiu ainda mais a desigualdade social do país, que sofreu com as consequências de um vírus letal e de um governo desumano.

O contexto apresentado e observado nos últimos anos no país traz desafios significativos para os profissionais da Psicologia. Esses desafios incluem, a desvalorização dos trabalhadores e o desfavorecimento dos direitos trabalhistas, o preconceito e a discriminação contra pessoas pretas, especialmente por meio da intolerância religiosa e da criminalização associada a elas, além da defesa pela redução da maioria penal e a política de encarceramento. Também, são enfrentados desafios relacionados ao preconceito, violência e a marginalização da comunidade LGBTQIAPN+, o extermínio dos povos indígenas devido a intolerância religiosa, à valorização do agronegócio e à mineração em detrimento dos direitos indígenas, bem como a falta de autonomia das mulheres sobre seus corpos e seus direitos reprodutivos. Além disso, há um aumento expressivo na desigualdade social, uma questão histórica no país, somada a todos os fatores mencionados, que embora sejam discutidas e abordadas dentro da Psicologia, pois existem há muito tempo, elas continuam sendo grandes desafios devido ao contexto político e social enfrentados.

Marques *et al.*, (2019), se atentam a essas questões e preocupam-se. Elas apontam para o sucateamento promovido pelos governos com relação às políticas sociais públicas, vulnerabilizando direitos que estavam assegurados pelo próprio

Estado, contribuindo para cada vez mais formas de desigualdades sociais. Assim, ressaltam a importância de a Psicologia pensar em como pode estar presente nessa realidade, pois é através das Políticas Sociais que se constituem os sujeitos, e que se pode pensar no sujeito psicológico.

Para mais, deve avaliar em como pode buscar agir perante a formação do desmonte das políticas sociais, a vulnerabilidade e a desproteção. Neste cenário, com o enfraquecimento do investimento e desvalorização nas políticas públicas, o aumento da desigualdade e segurabilidade social, como mencionado anteriormente, as práticas da Psicologia no âmbito das políticas públicas e de assistência sociais são ameaçadas, o que não só põe seu trabalho em risco, mas lhe convida a pensar e repensar suas práticas, a fim de combater e defender os direitos da população (MARQUES *et al*, 2019).

### 3.1 O COMPROMISSO SOCIAL E PRÁTICAS PSICOLÓGICAS: CONTRADIÇÕES

Além das questões políticas e sociais mencionadas acima, um dos desafios da Psicologia brasileira atualmente em alcançar a maior parte da população, é sua prática. Como foi mencionado anteriormente, a Psicologia enfrentou uma crise ao perceber que suas práticas não estavam sendo efetivas, o que ocasionou na necessidade de mudanças, levando ao movimento do compromisso social. No entanto, Piasson e Freitas (2020) constataram que, embora a prática da Psicologia tenha avançado, ainda é predominantemente clínica, mesmo quando aplicada em diferentes contextos, como saúde e assistência social. Quando integrada a equipes multidisciplinares, pode haver uma limitação na compreensão da prática do psicólogo, que é vista como orientadora e de suporte. Além disso, os usuários do serviço muitas vezes percebem a abordagem como assistencialista, evidenciando a necessidade de mudanças na prática e na compreensão do papel do psicólogo. Tanto estudantes quanto profissionais de Psicologia, bem como a equipe multidisciplinar, enfrentam dificuldades para entender o que é e quem é o psicólogo, o que não contribui para um tratamento efetivo dos usuários e pode levar ao abandono do processo terapêutico.

Portanto, é fundamental que haja maior reconhecimento do papel e da prática da Psicologia, para melhorar a eficácia do tratamento e o trabalho em equipe.

Ao questionar sobre essa prática ainda estar pautada nessas concepções, mesmo que com demandas diferentes, Yamamoto (2012), chega a duas possibilidades para isso: ou a prática está condizente com as demandas ou se dá pela falta de produção e/ou desconhecimento de novas práticas, alternativas e mais adequadas. Sendo impossibilitado de chegar a uma resposta para constar qual seria a mais próxima ao real, levanta que ao se tratar do campo social, é necessário desenvolver-se de maneira mais ampla, contextualmente falando. Para trabalhar de maneira efetiva, o psicólogo precisa ter um entendimento aprofundado das influências e contextos mais vastos que afetam seu trabalho no setor público de bem-estar social. Além disso, o psicólogo deve buscar ampliar sua atuação para além de simplesmente reproduzir políticas, intervindo também na sua gestão e formulação. Dessa forma, a prática do psicólogo não pode ser neutra, mas sim ativa e orientada para promover uma transformação social (YAMAMOTO, 2012).

### 3.2 A DESVALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO

Embora a Psicologia tenha 60 anos de regulamentação e tenha conquistado inúmeros espaços para atuação, há ainda muito o que conquistar, em especial quando se trata de condições mais dignas de trabalho. Somente em 2019, através da lei 1214/2019 (BRASIL, 2019a), de 27 de fevereiro de 2019, foi conquistada a regulamentação da carga horária de trabalho das psicólogas e psicólogos para 30 horas semanais, que sem dúvidas, é um grande avanço para a profissão.

No entanto, ainda não existe um piso salarial para a classe. De acordo com o último censo profissional realizado pelo CFP (2022), houve um aumento significativo no número de profissionais que são assalariados. Ainda prevalece, porém, um número predominante de profissionais autônomos na profissão, o que dificulta a busca por um piso salarial. Em decorrência disso, muitos profissionais acabam tendo que optar por mais de um vínculo empregatício/meio de trabalho, superando a carga horária de trabalho semanal de 44 horas, sendo uma parcela destes obrigados a conciliar o

emprego de psicólogos e psicólogas com alguma outra profissão (CFP, 2022). Então mesmo que a carga horaria já tenha sido estabelecida, a falta de uma base financeira sólida acaba ocasionando uma jornada muito maior e exaustiva de trabalho.

Além disso, o número de profissionais que nunca atuaram ou não atuam mais na profissão é considerável, que também se dá pela escassez de propostas de emprego. Sem contar os e as profissionais que atuam como psicólogas e psicólogos, mas que precisam de outra profissão para se manterem (CFP, 2022).

Outro ponto a ser levantado é a desigualdade e a falta de trabalho marcantes entre os profissionais localizados nas regiões norte e nordeste, bem como a diferença salarial, que nessas regiões apresenta-se bem abaixo da média. Mesmo considerando a recessão econômica e as consequências da crise gerada pela pandemia da COVID-19, são resultados preocupantes (CFP, 2022).

Dessa maneira, mesmo que por um lado existam avanços, em especial com uma diminuição da quantidade de profissionais autônomos e uma maior quantidade de profissionais com vínculos empregatícios e assalariados, bem como a conquista de uma jornada de trabalho definida, pois de acordo com o CFP (2022, p. 172), ainda é um “cenário difícil para as (os) profissionais que enfrentam salários mais baixos do que os vistos anteriormente, contratos de trabalho mais fragilizados, taxas altas de desocupação”. O que aponta para a necessidade de desenvolver políticas específicas que visem melhores condições de trabalho e a redução das desigualdades regionais (CFP, 2022).

#### **4 SUPERANDO DESAFIOS: PSICOLOGIA E POSSÍVEIS HORIZONTES**

No decorrer desses 60 anos a psicologia vem conquistando espaço em diferentes áreas para atuação, nos mais diversos meios do país, principalmente junto aos movimentos sociais e a organizações e grupos independentes do governo e do setor empresarial, que têm objetivos comuns e se dedicam a promover causas sociais, defender direitos, participar do debate público e buscar melhorias na sociedade (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011). Dentre essas conquistas, estão pautas como:

[...] a) o movimento sanitário e as ações em defesa do SUS e o movimento de luta antimanicomial e de defesa da reforma psiquiátrica, além de outros desdobramentos como a campanha contra o projeto de lei do ato médico, b) a questão dos direitos humanos e da proteção contra a violência e tortura no sistema carcerário/sistema de medidas socioeducativas, a defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e a questão da redução da maioridade penal, o combate à violência contra o idoso, a mulher e a criança, c) a luta por uma educação para todos e o fortalecimento da educação inclusiva, d) a luta pela democratização das comunicações e demais ações contra a baixaria na TV, e) o debate sobre a violência no trânsito e a questão da mobilidade e f) o debate sobre a questão da terra no Brasil e a elaboração de ações frente a situações de emergências e desastres, dentre outras [...] (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011. p. 298).

Essas conquistas devem-se também a inserção da profissão nos setores públicos, em especial no SUS e no SUAS. Esses novos espaços ocasionaram tanto numa descentralização do trabalho dos psicólogos e das psicólogas na área clínica, quanto para a descentralização da atuação da profissão dos grandes centros, para demais localidades, como cidades de pequenas e médias dimensões (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011).

O reposicionamento da profissão no Brasil impediu seu colapso diante do aumento constante do número de psicólogos e psicólogas, evitando a saturação do mercado profissional. A interiorização e expansão dos cursos de Psicologia, para além dos grandes centros, também são fatores para o crescimento da prática profissional da psicologia no país (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011).

Assim sendo, a Psicologia que antes era totalmente voltada aos grandes centros e capitais, através do modelo clínico e individual, expande-se para mais localidades e hoje, se encontra mais acessível, não só nos maiores centros, mas se espalhando por todo o território brasileiro. São avanços muito importantes e que abrem espaço para que a psicologia alcance mais pessoas. No entanto, Macedo e Dimenstein (2011) trazem algumas considerações sobre esses novos espaços e sobre a própria psicologia. Primeiro deve se considerar que esses locais não são compatíveis com os que foram projetados a psicologia tradicional, por conseguinte, trata-se de uma realidade em que quase metade da população é da zona rural, e as atividades econômicas de maior relevância são a pecuária e agrícola. Além disso, a economia é instável e no geral as pessoas possuem uma maior vulnerabilidade financeira e por isso estão a quem do governo federal. Ainda, na política a prática é

voltada ao centralismo, autoritarismo, clientelismo e com uma cultura de rivalidade, o que culmina em um descaso com a população.

A psicologia deve estar atenta em não acabar se tornando instrumento de reprodução de práticas governamentais de biopoder, que são direcionadas a famílias e grupos marginalizados através de programas e serviços de saúde, saúde mental e assistência social, nos quais são utilizados mecanismos de regulação e controle das populações por meio de intervenções individuais e familiares. Essas ações têm como objetivo moldar ou readequar as vidas das pessoas de acordo com a ordem social estabelecida (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011).

Esse cenário também serve se pensar o papel da psicologia na sociedade e a importância de sua atuação em diferentes contextos. Além disso, cabe a verificação da supervalorização à cultura profissional estabelecida (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011). Ações que apontam para reflexão e mudança não somente na sua teoria e prática, mas da concepção limitada que se tem do papel das psicólogas e psicólogos.

Um dos principais passos para isso seria a reformulação da formação em psicologia, que ainda tem pecado quando se trata de um olhar mais abrangente, ainda limitada à psicologia tradicional. De acordo com Bernardes (2012), formação em Psicologia tem sido construída replicando mais do mesmo e que embora tenha avançado, ainda tem muito por percorrer. É realizada a partir domínios estabelecidos da Psicologia, que nada mais são do que a prática da psicologia aplicada: “aplicada à escola, à organização, à clínica etc. São saberes e técnicas racionais e científicas de controle individual e social” (BERNARDES, 2012, p. 222). A formação em psicologia tem sido realizada de duas formas: uma foca no indivíduo e é intimista e individualizante, enquanto a outra é mais voltada à clínica e baseada nessa perspectiva. Ainda é uma formação propensa ao modelo liberal tecnicista, que preza pela cientificidade, a competência e a eficiência na aprendizagem, através de técnicas e métodos. (BERNARDES, 2012).

No entanto, a formação deveria estar também pautada na experiência das pessoas, estando além da simples transmissão da teoria. Deve ser constantemente atualizada e avaliada, de forma alguma mantendo-se estática, pois ao se tornar estático, pode transmitir ideias, crenças e comportamentos que são questionáveis ou

não condizem com a realidade e as necessidades atuais. Dessa maneira, se faz importante que o currículo seja dinâmico e se adapte às necessidades e contextos, que estão em constante mudança (BERNARDES, 2012).

É preciso, portanto, construir saberes e práticas que atendam uma diversidade de pessoas em contextos tradicionalmente invisibilizados, como os contextos rurais, dos povos originários e comunidades tradicionais. Nesse sentido, alguns temas importantes a serem integrados à formação e a pesquisas na profissão, são:

[...] a) História do campo brasileiro e de suas populações regionais; b) História das lutas indígenas e camponesas no Brasil e na América Latina; c) A emergência atual dos povos do campo no Brasil e na América Latina; d) Políticas públicas atuais e o campo brasileiro; e) Estado e hegemonia cultural; f) Políticas públicas, subjetividades e culturas; g) Estado, políticas culturais e práticas culturais; h) Sociedade, relações de classe e relações étnicas; i) Antropologia Cultural; Etnologia e Etnografia; j) Ciências da Religião; k) Povos Indígenas no Brasil; Comunidades Tradicionais no Brasil e, l) Formação e atualidade dos quilombos no Brasil [...] (CFP, 2019b, p. 83-84).

No entanto, não adianta apenas que esses assuntos sejam abordados em disciplinas isoladas no curso. É muito importante que a Psicologia Social esteja integrada ao curso e não como disciplina isolada, abrindo margem para que seja vista como algo à parte de sua prática, mas que seja compreendida como inseparável e indispensável à psicologia (BERNARDES, 2012). Assim, para avançar e alcançar lugares como os citados acima, antes de mais nada, a psicologia deve ter uma visão mais integrada da realidade brasileira, que é tão diversa, para então poder habitar esses novos espaços, que timidamente vem se inserindo, mas que precisa estar atenta.

Um exemplo da importância dessa avaliação se dá na aprovação da lei 235/2019, que determina que as redes públicas de educação básica de todo o país contenham profissionais do serviço social e da psicologia, em equipes multiprofissionais, com o objetivo de atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação (BRASIL, 2019b). Este é mais um passo para a profissão, que embora já tenha uma vasta história no meio da educação, finalmente consegue espaço para atuar nas escolas públicas do país.

No entanto, conforme já mencionado a cima, cabe o questionamento: ficaremos

à mercê das mesmas práticas excludentes e normativas, que inclusive marcam a história da psicologia escolar ou construiremos um fazer junto à comunidade, que seja condescendente e integrado as realidades vivenciadas nesses contextos. Vamos categorizar ou emancipar?

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo, investigamos a história e feitos da profissão, bem como seus desafios atuais, onde pudemos constatar, através da revisão bibliográfica, que embora a psicologia tenha adotado ações que colaboraram com o período ditatorial no país, com o passar dos anos, evoluiu e conquistou grandes avanços, que hoje colaboram para uma sociedade mais democrática. Mas é importante ressaltar que sofremos com essas práticas até os dias atuais, que ainda estão enraizadas em nossa práxis e por isso a importância de saber e perceber os percursos realizados até aqui.

Dessa maneira, além de compreender nossas raízes, os contextos pelos quais passamos e o que temos produzido, nos permite analisar e pensar quais são nossas prioridades, para onde queremos ir e principalmente, a quem queremos servir e qual a melhor forma para que isso seja feito. Vamos continuar classificando e normatizando ou vamos contribuir para a emancipação?

É importante reconhecer as limitações deste estudo, que aborda momentos muito recentes da história da Psicologia, assim como do contexto em que o país se encontra. Assim, a compreensão desses eventos pode ser influenciada pela falta de distanciamento histórico e pela evolução contínua dos acontecimentos. Ainda, embora a revisão bibliográfica tenha fornecido uma base sólida para este estudo, é importante reconhecer que a seleção de fontes e a disponibilidade dos dados podem ter influenciado os resultados.

Reconhecemos que também temos motivos para comemorar e que essa é uma profissão em construção, que luta a cada dia para ser uma profissão que contribui para a justiça, pela igualdade e por um Brasil melhor. Mas, fica evidente que precisamos ir além, sair das nossas zonas de conforto e de um lugar de detentores do saber, para construir uma nova forma de se fazer psicologia.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM NETO, O. A crise política brasileira. **Relações Internacionais**, p. 43–54, 2016. Disponível em:  
<[https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri52/RI52\\_art04\\_OAN.pdf](https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri52/RI52_art04_OAN.pdf)>. Acesso em: 27 abr.2023.
- ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 211–239, jan. 2019. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/se/a/RyfDLystcfKXNSPTLpsCnZp/#>> Acesso em: 18 jun. 2023.
- ANTUNES, M. A. M. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. spe, p. 44–65, 2012. Disponível em:  
<<https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500005>>. Acesso em: 13 set. 2022.
- AQUINO, E. M. L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 25, p. 2423–2446, 2020. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDqq4qT7WtPhvYr/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 3 mar. 2023.
- BBC News Brasil. Assista ao pronunciamento de Jair Bolsonaro sobre crise do coronavírus. YouTube, 25 de março de 2020. Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=zuBs0NVr-70&t=5s>>. Acesso em: 18 de abril de 2023.
- BERNARDES, J. DE S. A formação em Psicologia após 50 anos do Primeiro Currículo Nacional da Psicologia: alguns desafios atuais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. spe, p. 216–231, 2012. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/pcp/a/SqN9fHxq3KknxGYh5CZm5mt/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 28 mar. 2023.
- BOCK, A. M. B. *et al.* O Compromisso Social da Psicologia e a Possibilidade de uma Profissão Abrangente. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, n. spe, p. 1–12, 2022. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262989> >. Acesso em: 15 set. 2022.
- BRASIL. Lei nº 1214, de 27 de fevereiro de 2019. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília: **Câmara dos Deputados**, 2019a. Disponível em:  
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193342>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

BRASIL. Lei nº 235, de 10 de outubro de 2019. Institui o Sistema Nacional de Educação, nos termos do art. 23, parágrafo único, e do art. 211 da **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 2019b. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139285>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

CARTACAPITAL. Reforma trabalhista entra em vigor: o que muda? 13 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/reforma-trabalhista-entra-em-vigor-o-que-muda/>> Acesso em: 27 abr. 2023.

CARTACAPITAL. ‘Sou o único chefe de Estado do mundo a ser contra essa política’, diz Bolsonaro sobre isolamento social. 7 out. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/sou-o-unico-chefe-de-estado-do-mundo-a-ser-contra-essa-politica-diz-bolsonaro-sobre-isolamento-social/>> Acesso em: 28 abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Chapas e propostas CFP**. 2019a Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/eleicoes-psicologia-2019/4-chapas-e-propostas/>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em questões relativas à terra**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019b. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-dasos-psicologasos-em-questoes-relativas-a-terra-2/>> Acesso em: 1 maio 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem faz a Psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro**. 1. ed. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo\\_psicologia\\_Vol1\\_WEB.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1_WEB.pdf)> Acesso em: 1 maio 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Rejeitar a Pec 241/2016 para salvar o SUS e a Seguridade Social. v. 2016, 2017. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/ultimas\\_noticias/2016/docs/06jun27\\_REJEITAR\\_A\\_PE\\_C\\_241.pdf](http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2016/docs/06jun27_REJEITAR_A_PE_C_241.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2022.

CORREIA, A. M. B.; DANTAS, C. N. C. B. O Fazer Psicológico na Ditadura Civil Militar. **Psicol. ciênc. prof.**, v. 37, n. spe, p. 71–81, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703050002017>>. Acesso em: 17 set. 2022.

SOUZA, M. B.; HOFF, T. S. R. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, p. 1–14, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/urbe/a/3MJh66qb4LrfjwrFLdyttrQ/abstract/?lang=pt#>> Acesso em: 28 abr. 2023.

DIMENSTEIN, M. A cultura profissional do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 5, n. 1, p. 95–121, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2000000100006>>. Acesso em: 20 set. 2022.

FARHAT, R. Em defesa da Resolução 01/99, CFP aciona STF. **Conselho Federal de Psicologia**, 12 set. 2018. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/tag/cura-gay/>> Acesso em: 24 abr. 2023.

FURTADO, O. 50 anos de Psicologia no Brasil: a construção social de uma profissão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. spe, p. 66–85, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500006>>. Acesso em: 15 set. 2022.

GALVÃO, W. Psicóloga que oferecia “cura” para gays tem registro cassado no DF e fica impedida de exercer profissão. **Portal G1**, 24 abr. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/02/18/psicologica-que-oferecia-cura-para-gays-tem-registro-cassado-no-df-e-fica-impedida-de-exercer-profissao.ghtml>> Acesso em: 24 abr. 2023.

GUEDES, Octávio. CPI da Covid: Governo Bolsonaro recusou 11 vezes ofertas para compras de vacina. **Portal G1**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

HIRDES, A. A reforma psiquiátrica no Brasil: Uma (re) visão. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 297–305, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/GMXKF9mkPwxfk9HXvfl39Nf/>> Acesso em: 3 jan. 2023.

HOLANDA, F. U. X. DE. **Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impetente**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

LANE, S.; BOCK, A. M. B. ABRAPSO - uma história da Psicologia Social enquanto raxis. In: **Psicologia Social: relatos na América Latina**. 1ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 145–155.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, n. 2, p. 296–313, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/kMcbBjnTf9Jt39LPnvqRR5s/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 21 out. 2022.

MARQUES, C. F. *et al.* O que Significa o Desmonte? Desmonte Do que e Para Quem? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe2, p. 6–18, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003225552>>. Acesso em: 21 out. 2022.

MOTTA, Anaís. Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga: os 4 ministros da Saúde da pandemia. **UOL**, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuello-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm>>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

PIASSON, D. L.; FREITAS, M. H. DE. A identidade do psicólogo brasileiro: produções de 2008 a 2019. **Bol. Acad. Paul. Psicol.** (Impr.), v. 40, n. 99, p. 271–284, 2020. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1415-711X2020000200011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-711X2020000200011)>. Acesso em: 15 set. 2022.

SOARES, A. R. “A Psicologia no Brasil”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. spe, p. 246–271, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500002>>. Acesso em: 16 set. 2022.

SOUZA, D. DE O. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 25, p. 2469–2477, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/t5Vg5zLj9q38BzjDRVCxbsL/?lang=pt>> Acesso em: 4 mar. 2023.

YAMAMOTO, O. H. 50 Anos De Profissão: Responsabilidade Social Ou Projeto Ético-Político? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. spe, p. 6–17, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500005>>. Acesso em: 16 out. 2022.

YAMAMOTO, O. H. **A Crise e as Alternativas da Psicologia**. São Paulo: EDICON, 1987.

YAMAMOTO, O. H.. Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 30–37, jan. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/46LtrL9mrmqbpGFFgHKBHLv/?lang=pt>> Acesso em: 18 jun. 2023.